**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ
XXVII CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA
NÚCLEO CURITIBA**

RODRIGO PEREIRA DE SOUZA

TRANSAÇÃO PENAL

**CURITIBA
2009
RODRIGO PEREIRA DE SOUZA**

TRANSAÇÃO PENAL

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Preparação à Magistratura em nível de Especialização. Escola da Magistratura do Paraná, Núcleo de Curitiba.

Orientador: Prof. Roberto Portugal Bacellar

**CURITIBA
2009
TERMO DE APROVAÇÃO**

RODRIGO PEREIRA DE SOUZA

TRANSAÇÃO PENAL

Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão do Curso de Preparação à Magistratura em nível de Especialização, Escola da Magistratura do Paraná, Núcleo de Curitiba, pela seguinte banca examinadora.

Orientador: _____

Avaliador: _____

Curitiba, de de 2009.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 SISTEMA JURÍDICO PENAL.....	9

1.1	OBJETIVOS DO DIREITO PENAL.....	9
1.2	SISTEMA PENAL.....	12
1.2.1	ELEMENTOS DO SISTEMA.....	13
2	JUIZADOS ESPECIAIS	
	CRIMINAIS.....	16
2.1	INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	16
2.2	CRITÉRIOS E FINALIDADES.....	19
2.2.1	ORALIDADE.....	20
2.2.2	SIMPLICIDADE.....	21
2.2.3	INFORMALIDADE.....	22
2.2.4	ECONOMIA PROCESSUAL.....	23
2.2.5	CELERIDADE.....	23
3	TRANSAÇÃO.....	25
3.1	CONCEITUAÇÃO.....	25
3.2	NATUREZA JURÍDICA.....	30
3.2.1	DIVERGÊNCIA DOUTRINÁRIA.....	33
3.2.2	PROCEDIMENTO.....	35
3.3	PROPOSTA.....	37
3.3.1	ACEITAÇÃO/CONSENSO.....	42
3.4	CAUSAS IMPEDITIVAS DA TRANSAÇÃO.....	45
3.4.1	PRIMEIRA HIPÓTESE - CONDENAÇÃO POR CRIME A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	49
3.4.2	SEGUNDA HIPÓTESE - TRANSAÇÃO ANTERIOR.....	51
3.4.3	TERCEIRA HIPÓTESE - CIRCUNSTÂNCIAS SUBJETIVAS.....	52
3.4.4	IMPEDIMENTOS SUBJETIVOS.....	54
3.5	NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA.....	56
3.6	EXTINÇÃO DO	

PROCESSO.....60
CONCLUSÃO.....64
REFERÊNCIAS.....66

RESUMO

O presente trabalho monográfico está focado em demonstrar como atua o sistema penal punitivo brasileiro, com relação as infrações penais de menor potencial ofensivo, mais especificamente o instituto da transação penal, até o arquivamento do processo.

É papel do Direito Penal proteger os bens jurídicos essenciais ao cidadão e a sociedade, cabendo-lhe através das normas jurídicas, fixar e sancionar as condutas lesivas ao convívio social, visando a melhoria das condições de vida, no que tange às relações sociais, bem como a proteção das normas jurídicas e bem jurídicos.

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 98, inciso I, determina a criação de um novo órgão jurisdicional para resolução de controvérsias, isto é, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que são competentes para o julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.

O art. 2º caput, da Lei 9.099/95, dispõe sobre os critérios orientadores dos Juizados Especiais. São critérios orientadores da Lei 9.099/95: a Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade. Passamos então a análise de cada critério citado acima, os quais orientam o procedimento dos Juizados Especiais.

A transação penal é um instituto de Direito Penal, criado pela Constituição Federal de 1988. O presente instituto é aplicado nas infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma do art. 76 da Lei 9.099/95, a qual regulamenta os Juizados Especiais Criminais.

Existem dois entendimentos com relação a natureza jurídica da transação penal. A primeira corrente, trata o mecanismo, como um método de despenalização, sem caráter punitivo, não gerando confissão da matéria ao autor da infração que aceite a proposta do art. 76 da Lei 9.099/95. A segunda corrente defendida pela maioria da doutrina, diz que o instituto é uma forma de punição, tendo caráter de pena, sendo a concordância do autor da infração, importa na aceitação da culpa por parte do mesmo.

Com certeza a transação penal é o instituto que melhor sintetiza e põe em prática os critérios da lei, bem como, atinge os objetivos dos juizados especiais, isto é, a não aplicação de pena privativa de liberdade, podendo de acordo com os entendimentos ser consensual ou uma espécie de pena, mas de qualquer maneira beneficiando o réu, de um processo demorado perante a justiça tradicional, bem como atendendo a função ressocializadora do sistema penal pátrio.

Palavras chave: Transação, pena, acordo, benefício, lei, circunstâncias, proposta.

INTRODUÇÃO

O Direito Penal, tem por objetivo, a proteção dos indivíduos e respectivamente de seus bens jurídicos, visando a melhoria das condições de vida e relações sociais, sendo que todos esses preceitos estão conceituados e identificados, dentro do ordenamento jurídico penal, elaborado com base nos elementos que compõem o sistema jurídico-penal.

Os juizados especiais, foram criados pela Constituição da República de 1988, com o intuito de viabilizar e acelerar a justiça penal, utilizando-se de critérios como a oralidade, simplicidade, celeridade, economia processual e informalidade, previsto na Lei 9.099/95 a qual regulamentou este órgão. No presente trabalho, tratamos do âmbito penal, dando ênfase aos procedimentos do Juizado Especial Criminal, como objeto de trabalho a transação penal.

Juntamente com a criação dos Juizados Especiais, também fora criado o mecanismo da transação penal, que tem por objetivo, por fim ao processo de maneira mais rápida, sem que seja oferecida a denúncia pelo Ministério Público, viabilizando o juízo penal, e atendendo a função ressocializadora do Estado.

A transação pode ser entendida como um acordo, ou como pena, havendo divergência entre a doutrina com relação a natureza jurídica do respectivo instituto penal. Este instituto traduz da melhor forma a idéia do legislador em viabilizar o processo crime, bem como demonstra perfeitamente na prática os objetivos da lei 9.099/95, para uma rápida resolução dos processos referentes as infrações penais de menor potencial ofensivo, cujo o Juizado Especial Criminal é competente.

De acordo com o texto legal, quem poderá efetuar a proposta de transação penal ao autor do fato é o Ministério Público, tendo em vista que o respectivo órgão é titular da ação penal, bem como o fará com base no Princípio da oportunidade.

Conforme veremos adiante, neste respectivo trabalho acadêmico, a doutrina diverge no tocante a natureza jurídica da transação. O presente instituto é entendido como uma pena por uma parte da doutrina, e como um benefício legal que funcionaria como uma espécie de acordo, o qual seria realizado anteriormente ao início da ação penal.

O autor do fato deve preencher alguns requisitos legais, expostos no art. 76, da Lei 9.099/95, para que seja oferecida a proposta de transação. São requisitos para a realização da transação penal, que o autor do fato não tenha sido condenado a pena privativa de liberdade, não tenha realizado transação anteriormente a menos de 05 (cinco) anos, e que as circunstâncias subjetivas como, circunstâncias do crime, conduta social do acusado e outras, não sejam desfavoráveis ao autor do fato.

Atendendo aos requisitos, o Ministério Público realizará a proposta de transação ao autor do fato, que querendo aceitará ou não. Caso ocorra aceitação, sendo cumprida integralmente a proposta aceita, o juiz homologará a transação julgando extinta a punibilidade do autor, em decorrência do cumprimento do benefício.

Não aceitando a proposta, o processo seguirá seu trâmite normal, na forma do art. 77 e seguintes da Lei 9.099/95, com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e realização de audiência de instrução e julgamento até a sentença.

Caberá recurso de Apelação, nos casos em que houver claro vício de consentimento do autor do fato, quando da aceitação da transação penal.

Que o presente trabalho seguirá o modelo acima descrito, de forma que todos os assuntos relevantes ao tema serão tratados com maior ênfase, a fim de que o

instituto da transação penal, fique claro a todos os aplicadores da lei.

1- SISTEMA JURÍDICO-PENAL

1.1 OBJETIVOS DO DIREITO PENAL

É papel do Direito Penal proteger os bens jurídicos essenciais ao cidadão e a sociedade, cabendo-lhe através das normas jurídicas, fixar e sancionar as condutas lesivas ao convívio social.

Em seu livro, “Princípios Básicos do Direito Penal”, FRANCISCO ASSIS TOLEDO conceitua o Direito Penal como “aquela parte do ordenamento jurídico que estabelece e define o fato-crime, dispõe sobre quem deva por ele responder e, por fim, fixa as penas e medidas de segurança a serem aplicadas.”¹

O Direito Penal visa a melhoria das condições de vida, no que tange às relações sociais, bem como a proteção das normas jurídicas e bem jurídicos.

“Bem, em um sentido amplo, é tudo que nos apresenta como digno, útil, necessário e valioso. Os bens são, pois, coisas reais ou objetos ideais dotados de valor, isto é, coisas materiais e objetos imateriais que, além de serem o que são, valem.”²

Devemos entender, que claro, todos cidadãos estão amparados pela lei, de forma ainda, querendo ou não, todos temos bens jurídicos, sejam de natureza material, como por exemplo uma peça de roupa, seja um objeto imaterial, que podemos exemplificar citando a honra. A lei, e o Direito Penal visam a proteção destes bens jurídicos, de forma a melhorar as condições de vida em geral.

Sobre os objetivos do Direito Penal e sua relação com a opinião pública, dispõe RENÉ ARIEL DOTTI:

“Na atualidade e especialmente em nosso país, assume particular relevo a advertência de que incorrem em grave e freqüente equívoco, a opinião pública, os administradores e o próprio legislador, quando supõem que, com a edição de novas

¹ TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos do direito penal**. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 01.

² TOLEDO, op. cit., p. 15.

leis penais, mais abrangentes ou mais severas, será possível resolver-se o problema da criminalidade crescente.”³

O doutrinador, na citação acima, crítica a opinião pública, pois que esta acredita que com a elaboração e o vigor de novas leis penais, com penas mais severas, resolveria o problema da criminalidade no país, sendo isto segundo o mesmo um engano.

O problema da criminalidade está diretamente ligado, à sociedade. Primeiramente a sociedade cobra a resolução da criminalidade pelo poder judiciário, divulgando opiniões de forma a induzir a erro a população, sob a real problemática em relação aos crimes. A sociedade e o Estado, ao invés de oferecer igualdade de oportunidades e boas condições a todos os cidadãos, viram as costas aos pobres, ex-presidiários e negros, isto é, os excluídos do meio social, pelo mesmo Estado e sociedade, que entende ser de direito a cobrança e elaboração de leis, que milagrosamente extinguiriam o crime.

Enquanto não é possível entender, que todos somos iguais, e não precisamos ser melhores que os outros, isto é, sempre há alguém passando por cima de outrem a fim de concretizar seus objetivos. Anterior à cobrança deve haver conscientização e atitude, a fim de se visar o motivo da criminalidade excessiva e solucionar a questão.

Como exemplo, disso que está sendo tratado, temos as eternas discussões sobre pena de morte e a redução da maioria penal. A imprensa e a população não têm uma real imagem do sistema penal, e de seus objetivos. Acredita-se que o simples fato de se criar novas leis com maior rigor em relação à punição, resolveria do dia para a noite os problemas referentes aos crimes no Brasil. É claro que nós

³ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal:** parte geral. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense,

estudiosos do direito e de certa forma, da sociedade não acreditamos nessa “profecia”.

Em relação à punição aos delitos, o direito brasileiro se utiliza do critério da prevenção especial positiva. Este critério adveio das teorias da pena, para ser mais específico, da teoria preventiva. Aquele que cometer um crime, sua pena será ajustada de acordo com a sua culpa.

Sobre a teoria preventiva, mas especificamente sobre a prevenção especial, trata CEZAR ROBERTO BITENCOURT:

“A prevenção especial não busca a intimidação do grupo social nem a retribuição do fato praticado, visando apenas aquele indivíduo que já delinqüiu para fazer com que não volte a transgredir as normas jurídico- penais. A pena, segundo dizem, implica a liberdade ou a capacidade racional do indivíduo, partindo de um conceito geral de igualdade. Já medida supõe que o delinqüente é um sujeito perigoso ou diferente do sujeito normal, por isso, deve ser tratado de acordo com a sua periculosidade.”⁴

Primeiramente, a prevenção especial positiva pode ser entendida como uma das espécies da teoria preventiva ou relativa onde, a pena a ser imputada ao agente, será medida de acordo com a sua periculosidade, tendo como fim, a ressocialização do indivíduo perante o convívio social. Isso não retira o caráter punitivo na pena, pelo contrário, a pena serve para punir aquele que infringir a lei, porém, o seu fim não é castigar, e sim “ensiná-lo”, reeducá-lo.

É preciso entender que está sendo atingido os objetivos do direito penal hoje em dia, porém, não está acontecendo milagres, está sendo feito o necessário para a se evitar a violação legal, com aquilo que se tem em mãos no momento.

2002, p. 04.

⁴ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal**. 4º ed. São Paulo: Revista dos

1.2 SISTEMA PENAL

“O sistema penal está inserido no contexto de um sistema jurídico que, na linguagem muito expressiva de Pontes de Miranda, é um sistema lógico, composto de proposições que se referem a situações da vida criadas pelos mais diversos interesses.”⁵

Antes de se falar em sistema penal, é preciso fixar a idéia de sistema, desse modo RENÉ ARIEL DOTTI trata:

“O vocábulo sistema de origem grega (systema) e significa reunião, conjunto método, organização totalidade. Pode-se definir sistema como um conjunto de dois ou mais elementos que satisfazem três condições:
a) o comportamento de cada elemento afeta o comportamento do todo; b) o comportamento dos elementos e dos efeitos no todo são interdependentes; c) nenhum dos elementos tem efeito autônomo.”⁶

Assim, diante da explicação acima exposta, podemos entender que um sistema, é algo que tem uma abrangência geral, vez que todos os atos e acontecimentos em um sistema geram efeitos a todos aqueles que fazem parte do mesmo. Um ato pode desencadear em vários, de forma que não há autonomia dos elementos do sistema, vez que tudo é interligado, afetando o todo.

Tendo a idéia de sistema, passa-se ao tratamento do sistema penal positivo. Abrangem o sistema penal positivo, as matérias de direito penal, processo penal e execução penal. Todos estes institutos são regulamentados, de forma a proteger os

Tribunais, 1997, p. 110.

⁵ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal:** parte geral. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 04.

direitos individuais e coletivos da coletividade, dentro do convívio social, de forma que o sistema penal tem o objetivo de proteção jurídica dos bens jurídicos tutelados pela lei.

O sistema penal é completado por elementos, elementos estes que tem ligação com as finalidades de prevenir e reprimir delitos.

1.2.1 ELEMENTOS DO SISTEMA

São três os elementos que constituem o sistema jurídico-penal: os fatos, os valores e as normas.⁷

“Os fatos (sociais, políticos, econômicos e culturais) são características de um tipo de civilização e de cultura externos aos indivíduos que os produzem. Eles equivalem mais que a soma das intenções e motivações das pessoas que por acaso participem desses sistema de um determinado tempo.”⁸

Fatos são acontecimentos, que podem ou não ter relevância dentro do mundo jurídico. É nesse contexto que se tem a definição dos fatos jurídicos, sendo que aqueles relevantes ao sistema jurídico, aqueles que tratam, alteram e criam direitos, de forma que estas características que o diferem dos demais.

“Os valores, num sentido mais amplo e concreto da palavra, significam tudo aquilo que é desejado, apreciado e louvado.”⁹ No sentido jurídico os valores são aquilo que o direito busca preservar e atingir, motivo pelo qual o ordenamento jurídico brasileiro traz normas jurídicas conservadoras. O valor e o bem não são a

⁶ DOTTI, op. cit., p. 04.

⁷ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal: parte geral.** 1º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 05.

⁸ DOTTI, op. cit., p. 05.

⁹ DOTTI, op. cit., p. 05.

mesma coisa, vez que o bem é algo material, palpável e o valor é algo abstrato, como a honra e a dignidade.

As normas para RENÉ ARIEL DOTTI, “são regras culturais que associam o comportamento ou a aparência do indivíduo a recompensas ou sanções.”¹⁰

Existem vários tipos de normas, religiosas, costumeiras, morais e jurídicas. As normas religiosas são aquelas relacionadas com a religiosidade, sendo as tradições e pregações de determinada religião de maneira a desenhar a conduta de seus praticantes, diretamente ligado com Deus, ou ser superior.

As normas costumeiras, estão interligadas com as ações do dia a dia dos indivíduos, em confronto com situações normais e de simples relevância, tornando-se costume a reação do mesmo perante o caso concreto.

As normas morais tem relação com atitudes fraternas, humildes e compreensivas, adentrando ao mundo ético para o respeito e melhor convivência com os demais indivíduos, não adentrando na esfera individual dos outros, caracterizando a paz social.

Por fim, as normas jurídicas regulamentam as atitudes dos indivíduos em relação aos demais, no que tange à convivência, realização do papel social perante o estado. Como trata RENÉ ARIEL DOTTI, “uma regra de conduta que não tenha uma coerção específica poderá ser de natureza religiosa ou moral; nunca uma norma jurídica”.¹¹

Dessa forma, podemos compreender que através das normas jurídicas, o Estado pode “constranger” os cidadãos à agirem de determinada maneira que não ocorra violação dos bens jurídicos tutelados pela lei, de forma que, a violação disso

¹⁰ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal:** parte geral. 1º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 06.

¹¹ DOTTI, op. cit., p. 07.

acarreta a imposição de uma sanção, a fim melhorar as condições de vida em sociedade, bem como reintegrar o agente violador ao convívio harmônico.

Conclui-se que esses elementos conjuntamente formam o sistema jurídico-penal, de maneira que é baseado nisso que se desenvolve as leis, tipifica-se os crimes e as penas, bem como designa-se a melhor forma de aprendizado e ressocialização para aqueles que infringirem as normas.

2- JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 98, inciso I, determina a criação de um novo órgão jurisdicional, para resolução de controvérsias, isto é, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Este novo órgão, fora regulamentado pela Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, revogando assim, a Lei nº 7.244/84, que tratava do Juizado das Pequenas Causas.

Sobre a Lei 9.099/95, trata ADA PELEGRINI GRINOVER :

“ A Lei 9.099/95, de 26.09.1995, como se percebe, inovou profundamente o nosso ordenamento jurídico-penal. Cumprindo-se uma determinação constitucional, foi posto em prática um novo modelo de justiça criminal. É uma verdadeira revolução, porque quebrou-se a inflexibilidade do clássico princípio da obrigatoriedade da ação penal. Abriu-se no campo penal um certo espaço para o consenso. Ao lado do clássico princípio da verdade material, agora temos que admitir também a verdade consensuada.”

“ A lei 9.099/95 não cuidou de nenhum processo de descriminalização, isto é, não retirou o caráter ilícito de nenhuma infração penal. Mas disciplinou, isso sim, quatro medidas despenalizadoras ...”¹²

Os Juizados Especiais Criminais são competentes para o julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Sobre estas infrações, trata o art. 61, caput da Lei 9.099/95, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.313/06.:

“Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.”

Sobre a Competência do Juizado Especial Criminal, discorre DAMASIO E. DE JESUS:

“Não se submetem à competência dos Juizados Especiais Criminais as infrações que têm “procedimento especial”, i. e., as que apresentam no rito princípios e regras especiais, incompatíveis com o rito estabelecido na Lei 9.099/95.”¹³

No que diz respeito à competência dos Juizados Especiais Criminais, houve

¹² GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 38.

¹³ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 15.

muita divergência, em relação à forma de se interpretar o artigo 61 da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Esta divergência ocorreu, porque quando criada a lei que regulamenta os Juizados especiais, não havia previsão expressa na respectiva lei sobre o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo as quais eram previstas por legislação especial.

Hoje em dia, com o advento da lei 11.313/06, e com as recentes decisões dos tribunais, é pacífico que os Juizados Especiais Criminais são competentes para o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, até mesmo aquelas reguladas por lei especial, de forma que não há mais dúvidas referentes a este tema.

A atuação jurisdicional dos Juizados Especiais Criminais, conforme regulamenta a Lei 9.099/95 em seus arts. 77 e seguintes e disposição constitucional, é realizada através do Rito Sumaríssimo, dando maior ênfase à oralidade, de forma simples e não burocrática, seguindo os critérios que estão dispostos no art. 2º da Lei 9.099/95.¹⁴

CEZAR ROBERTO BITENCOURT, em sua obra “Manual de Direito Penal”, traça a seguinte crítica sobre a política criminal estabelecida pela Constituição de 1988, falando ainda sobre os juizados especiais:

“Finalmente, depois de alguns anos de política criminal do terror, patrocinada pelo liberal Congresso Nacional, sob o império da democrática Constituição de 1988, com a criação de crimes hediondos (Lei 8.072/90), criminalidade organizada (9.034/95) e crimes de especial gravidade, veio a lume a Lei 9.099/95, que disciplinou os Juizados Especiais Criminais, recepcionado a transação penal, destacando a composição cível, com efeitos penais, além de instituir a suspensão

¹⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 56.

condicional do processo.”¹⁵

Ora, o autor foi extremamente crítico em relação à criação de novas leis com penas mais severas, de forma que é fácil perceber a sua concordância com os preceitos da Lei 9.099/95, bem como com a criação dos Juizados Especiais Criminais, trazendo novas e melhores medidas para a resolução de crimes de menor relevância.

Apesar da intenção do legislador, em criar um órgão, os Juizados Especiais Criminais, para evitar a impunidade, no tocante às infrações de menor potencial ofensivo, na teoria é muito claro e aparentemente eficaz, porém na prática, essa criação jurisdicional, causou mais um órgão da justiça abarrotado de processos.

Mesmo com a aplicação dos critérios descritos na Lei 9.099/95, não soluciona o problema, chegando este problema a uma amplitude, em que a impunidade, a violência, a maior criminalização estão ocorrendo, principalmente em virtude, das práticas despenalizadoras deste órgão, que podem resolver rapidamente o processo, mas não satisfazem o interesse público, sendo motivo de banalização do sistema punitivo penal e revolta perante a sociedade.

2.2 CRITÉRIOS E FINALIDADES

O art. 2º caput, da Lei 9.099/95, dispõe sobre os critérios orientadores da lei, bem como a sua finalidade.

São objetivos da lei 9.099/95, “a reparação dos danos causados pela infração penal e a aplicação de pena não privativa de liberdade (art. 62) por intermédio da

¹⁵ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal**. 4º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 71.

composição e transação (art. 2º).”¹⁶

A intenção do legislador ao criar os Juizados Especiais, foi de proporcionar à sociedade uma justiça mais rápida para os processos de menor relevância social (infrações penais de menor potencial ofensivo), com mecanismos eficazes à justiça, com aplicação de penas não privativa de liberdade, dando preferência à conciliação e a transação.

“Dispõe-se na lei 9.099/95 que se deve buscar, sempre que possível, a conciliação ou a transação, sem abandonar a finalidade do processo, que é o de descobrir a verdade real.”¹⁷

São critérios orientadores da Lei 9.099/95: a Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade. Passamos então a análise de cada critério citado acima, os quais orientam o procedimento dos Juizados Especiais.

2.2.1 ORALIDADE

O presente critério, “preconiza a adoção da forma oral no tratamento da causa, ou seja, a afirmação de que as declarações perante os juízes e tribunais possuem mais eficácia quando formuladas verbalmente.”¹⁸

“O corolário da Oralidade, está presente na previsão de que, antes da acusação, tudo seja resumido em uma audiência preliminar, e, instaurado o

¹⁶ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 31.

¹⁷ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 27.

¹⁸ MIRABETE, op. cit., p. 22.

processo, há uma só audiência no procedimento sumaríssimo.”¹⁹

A respeito do Princípio da Oralidade disserta DAMASIO E. DE JESUS:

“ Sua aplicação, na Lei n. 9.099/95, limita a documentação ao mínimo possível (arts. 65, caput, 67,77, caput e §§1º e 3º, e 81, § 2º). As partes debatem e dialogam, procurando encontrar uma resposta penal que seja justa para o autor do fato e satisfaça, para o Estado, os fins de prevenção geral e especial.”²⁰

Assim, podemos concluir que a intenção da Lei não era retirar a forma escrita, e sim dar maior ênfase ao procedimento oral no decorrer do processo, de maneira que não ocorra ofensa ao princípio do devido processo legal, gerando uma prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, sem as formalidades necessárias para o procedimento comum, de maneira que os atos para resolução dos processos, sejam realizados em uma só audiência, sendo consignados em ata os acontecimentos e conclusões da mesma.

2.2.2 SIMPLICIDADE

Através do critério da simplicidade, “tem-se a tarefa de simplificar a aplicação do direito abstrato aos casos concretos, quer na quantidade, quer na qualidade dos meios empregados para a solução da lide, sem burocracia.”²¹

Para DAMASIO E. DE JESUS, o princípio da simplicidade “busca a finalidade

¹⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 63.

²⁰ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 31.

²¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 24.

do ato processual pela forma mais simples possível.”²²

A idéia do critério da simplicidade, seria a melhoria da prestação jurisdicional, de forma a desburocratizar a atuação da justiça criminal, de modo simples e eficaz buscando sempre a forma mais célere de resolução do processo, sem as inúmeras formalidades e exigências pelo qual a justiça tradicional se utiliza, sendo no caso dos juizados especiais, a realização de todos os atos processuais em uma só audiência visando a conciliação ou a transação.

JULIO DA COSTA TOURINHO NETO acredita que “o procedimento do Juizado Especial deve ser simples, sem aparato, franco, espontâneo, a fim de deixar os interessados à vontade para exporem seus objetivos”.²³

2.2.3 INFORMALIDADE

“O principio da informalidade revela a desnecessidade da adoção no processo de formas sacramentais, do rigorismo do processo. Embora os atos processuais devam realizar-se conforme a lei, deve-se combater o excessivo formalismo em que prevalece a prática de atos solenes.”²⁴

Já para DAMASIO E. DE JESUS, o principio da informalidade “ imprime ao processo um ritmo sem formalidades inúteis.”²⁵

De acordo com JULIO DA COSTA TOURINHO NETO, “informalidade, desapego às formas processuais rígidas, burocráticas”²⁶.

²² JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 31.

²³ NETO, Julio da Costa Tourinho. **Juizados especiais cíveis e criminais**. 1º ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002, p. 68.

²⁴ MIRABETE, op. cit., p. 25.

²⁵ JESUS, op. cit., p. 31.

²⁶ NETO, Julio da Costa Tourinho. **Juizados especiais cíveis e criminais**. 1º ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002, p. 68.

A simplicidade e a informalidade são características marcantes, dentro do procedimento dos Juizados Especiais Criminais, uma vez que não é necessário em vários casos a constituição de advogado, os atos processuais são realizados na forma mais célere o possível a fim de por fim ao processo, utilizando-se sempre que possível de uma só audiência, sendo todo o procedimento oral, deixando de lado, na maioria das vezes a forma escrita, buscando sempre o acordo entre as partes, forma esta que facilita a prestação jurisdicional.

2.2.4 ECONOMIA PROCESSUAL

Entende-se que por este critério em questão, que é cabível optar pelo caminho menos oneroso, no curso do processo, tanto para as partes quanto ao Estado, chegarem a uma solução do feito mais rápida e de forma consensual na maioria das vezes, tendo este novo modelo de justiça criminal, os juizados especiais, uma atuação mais eficaz perante a visão da sociedade.

Para DAMASIO E. DE JESUS o critério da economia processual “ Visa à realização do maior número de atos processuais na mesma audiência.”²⁷

A economia processual dentro do procedimento dos juizados especiais, nada mais é que a realização de todos os atos processuais sempre que possível, em uma só audiência, utilizando-se do critério da oralidade, dispensando-se a forma escrita, a fim de dar melhor e mais rápido andamento aos processos, através da composição civil por consenso das partes.

2.2.5 CELERIDADE

²⁷ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p.

A celeridade segundo JULIO FABBRINI MIRABETE:

“diz respeito à necessidade de rapidez e agilidade no processo, com o fim de buscar a prestação jurisdicional no menor tempo possível. No caso dos Juizados Especiais Criminais, buscando-se reduzir o tempo entre a prática da infração penal e a solução jurisdicional, evita-se a impunidade pela porta da prescrição e dá-se uma resposta rápida à sociedade na realização da justiça penal.”²⁸

O critério em análise visa um melhor andamento da justiça penal, neste caso, no que tange aos crimes de competência dos juizados especiais criminais, de forma rápida, não deixando de lado atos processuais imprescindíveis para a resolução do conflito, sendo resolvidos os processos na maioria das vezes em uma só audiência, buscando a conciliação entre as partes, sempre se utilizando-se do procedimento oral e sem burocracias como na justiça tradicional criminal.

3. TRANSAÇÃO

3.1 CONCEITUAÇÃO

Sobre a expressão “transação comenta JULIO DA COSTA TOURINHO NETO:

“A palavra transação corresponde em vernáculo ao vocábulo latino *transactio*, deriva de *transigire*, verbo anfibológico formado da partícula e preposição *trans*, além de, e de *agere*, conduzir; e com o *mais* que ordinariamente exprimia na locução *lacial*, como, passar além, traspassar, transpor certo limites, também significava o último grau da ação, a sua terminação ou transformação.”²⁹

A transação “não se trata de um negócio entre o Ministério Público e a defesa: cuida-se de um instituto que permite ao Juiz, de imediato, aplicar uma pena alternativa ao autuado, justa para acusação e defesa, encerrando o procedimento.”³⁰

Ainda, à respeito da transação penal, discorre ENNIO BASTOS DE BARROS:

“A transação inova substancialmente o sistema processual-penal; ainda que não identificada, na sua plenitude, dos acordos entre acusador e acusado, o que acontece em

1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 26.

²⁹ NETO, Julio da Costa Tourinho. **Juizados especiais cíveis e criminais**. 1º ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002, p. 570.

³⁰ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 68.

algumas situações encontradas na legislação comparada, admitem os Juizados Especiais a declaração de culpa, com a aceitação da proposta feita pelo Ministério Público, com a imediata aplicação de pena restritiva de direitos ou multa; nunca as privativas de liberdade.”³¹

JOEL DIAS FIGUEIRA JUNIOR fala sobre as origens da transação:

“A origem da transação penal em seu sentido contemporâneo pode ser buscada no direito de tradição anglo-saxônica, mormente no sistema norte-americano através do instituto da plea bargaining, que revela a denominada “justiça pactuada ou contratada ou negociada”. Expressa sobre ela Figueiredo Dias e Costa Andrade que representa manifestação mais expressiva, embora não é única, da discricionariedade do persecutor americano. A plea bargaining consiste fundamentalmente na negociação entre o Ministério Público e a defesa, destinada a obter uma confissão de culpa em troca da acusação por um crime menos grave, ou por um número mais reduzido de crimes”³²

O autor acima citado disserta sobre o que acredita ser a origem do instituto da transação no direito brasileiro. No direito norte americano, este mecanismo muito contribuiu e vem contribuindo para a solução de crimes. O legislador brasileiro ao tomar como base esta prática estrangeira, com a intenção de solucionar de modo mais rápido os crimes de menor relevância, realizando um acordo entre acusador e acusado, de maneira que não seja aplicada a pena privativa de liberdade. Podemos concluir que a inclusão do presente modelo punitivo no direito penal brasileiro, teria a mesma intenção do modelo americano, isto é, solucionar os processos de maneira mais célere, porém, os institutos são diferentes, especialmente no que tange à sua sanção a qual veremos à frente oportunamente.

³¹ BARROS, Ennio Bastos de. **Juizados especiais cíveis e criminais**. 1º ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1996, p. 61.

³² JUNIOR, Joel Dias Figueira. **Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 495.

Como dispõe o art. 76 da Lei 9.099/95, a transação penal seria a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, ao autor da infração de menor potencial ofensivo, sendo que esta deve ser proposta pelo representante do Ministério Público, o qual é titular da ação penal pública, sem que haja denúncia ou instauração de processo.³³

A transação é uma das novidades trazidas pela Constituição Federal de 1988, sendo “um novo modelo de justiça criminal, que represente uma nova forma de representação jurisdicional sucumbindo ante a fracassada justiça criminal conflitiva.”

34

Para GIANPAOLO POGGIO SMANIO, “A transação penal é um instituto decorrente do princípio da oportunidade da propositura da ação penal, que confere a seu titular, o Ministério Público, a faculdade de dispor da ação penal, isto é, de não promovê-la, sob certas condições.”³⁵

No que tange, ao pensamento de Smanio acima citado, podemos esclarecer que, o Ministério Público não tem a faculdade de dispor da ação penal, e sim tem dever de propor a transação penal, nos casos em que a lei prevê, sendo que este instituto, no que tange ao estudo das penas, é mais benéfico ao réu, uma vez que pode ser considerado medida despenalizante, bem como na prática o mesmo não gera antecedentes criminais.

Apesar de já ter sido mencionado acima, o mecanismo da transação como um negócio, não podemos esquecer, que conforme disposição do art. 76 caput, da Lei

³³ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 80.

³⁴ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 99.

³⁵ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 78.

9.099/95 “o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena”, este instituto tem várias interpretações, sendo possível entendê-lo como pena.

Sobre o instituto em exame, algo muito discutido, é a questão da constitucionalidade do art. 76 da Lei 9.099/95, vejamos o que diz JULIO FABBRINI MIRABETE:

“A possibilidade prevista em lei de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, na denominada transação, não pode ser considerada inconstitucional, como já se tem alegado, ainda que se fuja aos padrões clássicos do processo penal pela não-realização prévia de instrução criminal com as garantias constitucionais (ampla defesa, contraditório etc.). Isto porque a própria Carta Magna admite a “transação” nos “procedimentos oral e sumaríssimo” nos juizados especiais (art. 98, I). Há, na audiência preliminar, um procedimento penal que, sendo obedecido, constitui o “devido processo legal” exigido pela Constituição.”³⁶

No que Tange ainda, o assunto da constitucionalidade da transação, ADA PELLEGRINI GRINOVER traça os seus comentários:

“Observe-se, em primeiro lugar, que a própria Constituição possibilita expressamente a transação penal para as infrações de menor potencial ofensivo (art. 98, I), deixando legislador federal livre para impor-lhe parâmetros. Parâmetros esses que devem ser razoáveis, dentro do princípio da reserva legal.”
“Pode-se afirmar, portanto, que a mesma Constituição, que estabeleceu o princípio da necessidade de processo para a privação da liberdade, admitiu a exceção, configurada pela transação penal para as infrações penais de menor potencial ofensivo: tudo no mesmo texto, promulgado em decorrência do poder constituinte originário.”³⁷

Com base nos trechos acima citados, podemos constatar que não é aceitável

³⁶ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 90.

³⁷ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista

a tese de inconstitucionalidade do instituto da transação penal, vez que a Constituição é clara no que tange à aplicabilidade do mesmo, sendo que na utilização do instituto em questão é colocado em prática, os moldes da lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, principalmente no que diz respeito aos critérios orientadores dos juizados especiais, de modo que a transação seria um dos modelos que melhor sintetizam a idéia do legislador em viabilizar a justiça criminal, no que tange às infrações penais de menor potencial ofensivo.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT traça as características da transação penal:

“A transação penal é um ato personalíssimo, exclusivo do acusado. Ninguém, nem mesmo com poderes específicos, poderá realizar a transação em nome do autor do fato.

A decisão do autor do fato de transigir ante a proposição do Ministério Público tem que ser produto inequívoco de sua livre escolha. É fundamental que saiba das conseqüência de sua opção.

Para transigir com sua liberdade, é natural que o acusado, que é leigo, despreparado e, nas circunstâncias, desorientado, possa aceitar qualquer proposição. Por isso, para que o princípio constitucional da ampla defesa não seja violado, não vemos outra alternativa a não ser a assistência de defensor constituído.”³⁸

O trecho acima transcrito nos mostra as peculiaridades da transação, de forma que esta é personalíssima, voluntária e tecnicamente assistida. Isto quer dizer, que somente a pessoa do acusado pode aceitar a proposta de pena, não sendo cabível pessoa interposta, que o autor do fato deve estar livre e consciente para manifestar sua vontade no que tange à proposta e, necessariamente deve ser assistido por advogado, uma vez que o indiciado é leigo em relação aos termos

dos tribunais, 1997, p. 31.

³⁸ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de**

legais, podendo ser facilmente persuadido em relação à vontade.

Crítica a transação, JOEL DIAS FIGUEIRA JUNIOR:

“A sentença homologatória de transação seria proferida sem que houvesse denúncia prévia do Ministério Público em crime perseguido por intermédio de ação penal pública, ferindo frontalmente o art. 129, I, da Constituição Federal. Não teria sido observado o *due process of law*, porque o réu seria condenado sem que tivesse sido ajuizada a ação penal pública pelo órgão competente.”³⁹

A crítica direcionada à transação penal, seria que o instituto em tela não estaria respeitando o princípio do devido processo legal, bem como estaria ferindo as atribuições do Ministério Público criadas pela Constituição da República de 1988. Ora, isto não ocorre pois que a Carta Magna de 1988, ao criar o instituto da transação penal, criou uma nova alternativa para a justiça criminal, com procedimento e características distintas em relação ao processo penal aplicado no júízo comum criminal, ambos respeitam o devido processo legal, a diferença é que o procedimento dos crimes de menor potencial ofensivo tem o objetivo de viabilizar o júízo penal e instituir penas não privativas de liberdade.

3.2 NATUREZA JURÍDICA

Quanto à natureza jurídica da transação penal, temos dois posicionamentos, aqueles que vêem o instituto como pena e já os outros que tratam-no como medida sem caráter punitivo.

O professor RENE ARIEL DOTTI, trata a transação da seguinte forma:

prisão. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 102.

³⁹ JUNIOR, Joel Dias Figueira. **Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e**

“Os benefícios instituídos pela justiça penal consensual, com o advento da conciliação, da transação e da suspensão condicional do processo, abriram oportunidade para as práticas de despenalização. Elas se caracterizam pelo estabelecimento de condições de dar, de fazer ou de não fazer que, embora não constituindo penas criminais típicas, restringem a liberdade ou afetam o patrimônio e outros direitos do autor do fato ou do réu. A despenalização judicial tem sido praticada tanto no juizado especial (conciliação ou transação) como no juizado comum (proposta de suspensão do processo).⁴⁰

Que o autor trata as medidas judiciais aplicadas pelo juizado especial, como institutos despenalizadores, isto é, não tem caráter punitivo, embora como o próprio autor fala, essas medidas acabam restringindo a liberdade ou afetando o patrimônio do agente. É de se esclarecer que a suspensão condicional do processo, embora não esteja entre as medidas mais aplicadas nos juizados especiais, também pode ser aplicada neste órgão, nos casos em que não haja conciliação e transação. No que tange ao termo “ justiça consensual”, o autor tenta dar ênfase aos institutos da conciliação e transação, vez que ambos dependem muito do acordo entre as partes.

Para DAMASIO E. DE JESUS, “A transação, aceitação de proposta de aplicação de pena menos grave, constitui forma de despenalização.”⁴¹

Em análise ao pensamento do autor acima citado, podemos notar que o mesmo, apesar de nomear o instituto, como “pena”, este trata a transação penal, como mecanismo despenalizador, sendo assim, por conseguinte, a aceitação deste pelo autor da infração, não gera confissão da matéria de fato.

Na mesma linha, ADA PELEGRINI GRINOVER, traça seus conhecimentos,

criminais. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 500.

⁴⁰ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal:** parte geral. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 665.

⁴¹ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada.** 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 68.

sobre a questão da transação penal e o eventual reconhecimento de culpa, quando se fala em aceitação da proposta por parte do autor da infração em questão:

“ ... a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, antes mesmo do oferecimento da acusação, não só rompe o sistema tradicional do “nulla poena sine iudicio”, como até possibilita a aplicação de pena sem antes discutir a questão da culpabilidade. A aceitação da proposta do Ministério público não significa reconhecimento da culpabilidade penal, como, de resto, tampouco implica reconhecimento da responsabilidade civil.”⁴²

Diferentemente, das posições acima citadas, CEZAR ROBERTO BITENCOURT, acredita que “Nesta transação, o autor do fato sofre a imposição de uma sanção penal. No momento em que o autor do fato aceita a aplicação imediata de pena alternativa, está assumindo a culpa, o que é natural em razão do princípio nulla poena sine culpa.”⁴³

Em contrapartida ao mencionado por DAMASIO E. DE JESUS, CEZAR ROBERTO BITENCOURT considera a transação penal, como já descrito acima, “sanção penal”, citando o princípio que diz ser nula é a pena sem culpa, caracterizando assim, o seu posicionamento, de que o instituto em estudo, trata-se de mecanismo de punição, sendo que de acordo com a teoria relativa das penas, a punição em relação ao delito, é medida de acordo com a culpa do agente.

Ainda sobre o assunto, trata JULIO FABBRINI MIRABETE, “ A transação é medida de caráter penal...”⁴⁴

Mostra, o termo citado acima, mais um autor que vê a transação penal, como

⁴² GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

⁴³ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 100.

⁴⁴ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas,

medida punitiva, sendo que o “caráter penal” exposto pelo autor, pode-se entender como mecanismo punitivo.

3.2.1 DIVERGÊNCIA DOUTRINÁRIA

Para haver uma melhor compreensão do instituto, é necessário, que se distinga, as duas correntes quanto à natureza jurídica da transação penal.

A primeira a corrente, trata o mecanismo, como um método de despenalização, sem caráter punitivo, não gerando confissão da matéria ao autor da infração que aceite a proposta do art. 76 da Lei 9.099/95. Este posicionamento é minoritário dentro da doutrina jurídico-penal, sendo um de seus seguidores DAMASIO E. DE JESUS. Apesar de pouca parte da doutrina adotar esta teoria, o Juizado Especial Criminal de Curitiba, é defensor desta tese.

A segunda corrente defendida pela maioria da doutrina, diz que o instituto é uma forma de punição, tendo caráter de pena, sendo a concordância do autor da infração, importa na aceitação da culpa por parte do mesmo. Esta questão da culpa, é o principal argumento desta parte da doutrina, uma vez que a pena é a medida da culpa, e da mesma maneira, só há pena se houver culpa, sendo encaixada a transação, dentro daquelas teorias da pena, nesse caso a preventiva, onde a pena é aplicada com o intuito de que o agente não cometa novos delitos, para ser mais específico, o critério da prevenção especial positiva, adotado pelo nosso sistema penal, onde a pena visa a ressocialização do apenado.

O Juizado Especial Criminal de Curitiba, vem adotando a segunda corrente, ora que no próprio termo de audiência, está expresso, que há ausência de

investigação de culpabilidade. A meu ver este posicionamento tem relação direta com a vontade do agente, uma vez que seria uma estratégia deste órgão, para uma aceitação de forma mais fácil da transação por parte dos infratores.

Vejamos a posição de JULIO DA COSTA TOURINHO NETO no que diz respeito à transação penal perante a sociedade:

“A transação penal despenaliza, sem descriminalizar. O crime continua existindo. O seu autor sofrerá não pena privativa de liberdade, mas pena restritiva de direitos ou pena de multa. Melhor para ele que não responde processo, na verdade um tormento; que não corre o risco de sofrer uma condenação com pena privativa de liberdade. Para a sociedade, que não perde uma força de trabalho e para o Estado, que deixa de construir penitenciárias e de ter despesas enormes para manter, e ainda assim de maneira terrificante, medonha, penitenciárias.”⁴⁵

A transcrição acima exposta, traz mais um autor que defende a tese em que a transação seria uma medida despenalizante, sem caráter punitivo e que ao mesmo tempo não descriminaliza a conduta do autor do fato. Trata ainda que o instituto em questão é benéfico ao réu vez que, o mesmo não responderá uma ação penal e ainda fica à disposição da sociedade para a continuação das fontes produtivas sociais, bem como é econômico ao Estado que, economiza com presídios e com o aumento incessante de presos condenados. É exorbitante o gasto das políticas públicas no que tange à população carcerária, sendo que a transação é um modo de enxugar estas estatísticas, bem como repensar as políticas punitivas.

3.2.2 PROCEDIMENTO

⁴⁵ NETO, Julio da Costa Tourinho. **Juizados especiais cíveis e criminais**. 1º ed. São Paulo, Revista dos tribunais, 2002, p. 595.

Dispõe JOEL DIAS FIGUEIRA JUNIOR:

“O procedimento brasileiro, dentre todos os demais modelos comparados, parece ter seguido mais de perto o modelo alemão, precisamente o reclamado por aqueles juristas. O Ministério Público requer ao Juiz da causa a punição para o infrator, desde que se trate de delitos de menor gravidade e que o indiciado concorde com a pena proposta pelo promotor de Justiça.”⁴⁶

Nota-se no trecho acima, a semelhança entre os institutos penais, principalmente no que diz respeito, que ambas são aplicadas aos crimes de menor relevância, outro aspecto relevante é a questão da vontade, isto é, deve haver a concordância entre as partes, para a aplicação da medida, o Ministério Público é o titular para oferecimento da proposta. A explicação do autor mostra que a transação é uma mescla de vários institutos penais estrangeiros, com o intuito de não gerar ao réu pena não privativa de liberdade, e por fim ao processo na maneira mais rápida, sempre que possível.

No Brasil, segue-se o seguinte procedimento, antes do oferecimento da proposta de transação penal, na audiência preliminar, presentes as partes juntamente com seus procuradores, pelo conciliador será feita a proposta de composição dos danos sofridos pela vítima, bem como explicará a possibilidade de renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações cabíveis.⁴⁷

GIANPAOLO POGGIO SMANIO traça os seguintes apontamentos sobre o procedimento da transação:

⁴⁶ JUNIOR, Joel Dias Figueira. **Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 500.

⁴⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 108.

“Na ação penal pública incondicionada, a transação penal independe da conciliação civil, podendo ser efetuada mesmo que não tenha havido acordo civil entre o autor e a vítima. Na ação penal pública condicionada, porém, somente haverá possibilidade de transação penal se inexistir acordo entre a vítima e o autor do fato, e a vítima ou seu representante legal oferecer a representação.”⁴⁸

No texto acima citado, o que foi destacado pelo autor, nada mais é, do que as diferentes formas de processamento da transação penal, distinguindo as espécies de ação, onde na ação penal pública incondicionada não há fase de tentativa de conciliação entre autor e a vítima, uma vez que o processamento do feito independe da vontade da vítima, pois que os crimes em que o processamento se dá desta forma, o bem jurídico tutelado é de interesse público.

Sobre a ação penal pública condicionada, pode se dizer que é necessário a tentativa de conciliação, vez que existe possibilidades de composição dos danos causados à vítima ou ainda, a renúncia ao direito de representação. A representação, no procedimento dos juizados especiais e de acordo com os critérios orientadores, é simplesmente a manifestação de vontade da vítima, livre e consciente, de dar prosseguimento ao processo em desfavor do autor do fato. Essa manifestação na maioria das vezes é de forma oral, sendo colocada em ata. Para que possa ocorrer a proposta de transação, nos delitos cujo o processamento se dá nesta forma, a conciliação deve ter sido rejeitada pelas partes, e ainda, tendo a vítima exercido seu direito de representação antes do decurso do prazo decadencial de seis meses.

Ainda, em interpretação ao texto estrito do art. 76 caput da lei 9.099/95, fica claro que a lei não trata do cabimento da transação para os crimes de ação penal

⁴⁸ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 81.

privada, não que haja uma omissão do legislador, mas o mesmo foi expressamente taxativo que seria oferecida proposta de pena não privativa de liberdade aos crimes de ação penal pública incondicionada ou condicionada havendo representação.

Apesar da lei e a doutrina tratarem do não cabimento de transação penal nos crimes de alçada privada, na prática o instituto é aplicado nos crimes no qual a ação é de iniciativa do ofendido, porém somente após o oferecimento da peça acusatória.

3.3 PROPOSTA

Dispõe o art. 76, caput, da Lei 9099/95:

“Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.”

Em análise ao dispositivo de lei supracitado, podemos concluir de plano, que o titular para oferecimento da proposta é o representante do Ministério Público. Ainda, resta claro que a proposta de aplicação imediata de pena não pode ser genérica ou imprecisa, devendo esta ser específica.

Sobre a fixação da proposta fala GIANPAOLO POGGIO SMANIO:

“O titular da ação penal avaliará as circunstâncias previstas no art. 59 do código Penal, para a efetuação da proposta, cujos limites estarão fixados pelos parâmetros legais da norma secundária, ou seja, entre o máximo e o mínimo previstos para a sanção penal.”⁴⁹

⁴⁹ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

Ainda em se tratando da fixação da proposta de transação penal, dispõe JULIO FABBRINI MIRABETE:

“... é desaconselhável rigor excessivo que inviabilizaria o acordo, cumprindo ao membro do Ministério Público o papel de negociador. Tratando-se de ação penal pública incondicionada em que ocorreu a composição dos danos, deve o Ministério Público considerar tal ressarcimento como circunstância favorável ao infrator para fixar a sua proposta.”⁵⁰

Em se tratando da proposta de transação penal, com apoio nos trechos já citados acima, nota-se que deve ser levado em consideração, no que tange à fixação da pena, as circunstâncias do art. 59 do Código Penal, porém, o Ministério Público não deve ser rigoroso ao extremo, de forma que este rigor pode inviabilizar a aceitação da transação, podendo inviabilizar o andamento e a celeridade processual.

Ainda, no que tange ao “*quantum*” da proposta, os promotores de justiça que atuam perante ao Juizado Especial Criminal de Curitiba, dão relevância às condições socioeconômicas do autor da infração.

Sobre o momento de aplicação da proposta, especifica CEZAR ROBERTO BITENCOURT:

“Pela literalidade do texto tem-se a impressão de que só será possível a tentativa de transigir, na audiência de instrução e julgamento, se não houver sido possível tentá-la na fase preliminar. Não nos parece, no entanto, que esse seja o melhor entendimento, posto que fugiria completamente dos objetivos do Juizado Especial que são, sempre que possível, o de compor os danos sofridos pela vítima, e o de evitar a aplicação

Paulo: Atlas, 1997, p. 82.

⁵⁰ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 85.

de pena privativa de liberdade.”⁵¹

Em comentário ao pensamento acima, tendo em vista objetivo dos juizados especiais, podemos entender que na primeira oportunidade aparente, deve ser oferecida a proposta de transação, independente se esta oportunidade se der em fase de audiência preliminar ou instrução e julgamento, mas sempre buscando o rápido andamento do processo e fim do mesmo.

Quanto ao poder discricionário do Ministério Público, em relação ao oferecimento ou não da proposta, vejamos o posicionamento de DAMASIO E. DE JESUS:

“Desde que presentes as condições da transação, o Ministério Público está obrigado a fazer a proposta atuado.”

“... a transação impeditiva do processo é um direito penal público subjetivo de liberdade do atuado, obrigando o Ministério Público à sua proposição.”⁵²

Na mesma linha traça ADA PELLEGRINI GRINOVER:

“... o poderá em questão não indica mera faculdade, mas um poder-dever, a ser exercido pelo acusador em todas as hipóteses em que não se configurem as condições do § 2º do dispositivo.”⁵³

Do mesmo assunto nos mostra JULIO FABBRINI MIRABETE:

“Essa iniciativa, decorrente do princípio da oportunidade da

⁵¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 109.

⁵² JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 76.

⁵³ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 131.

propositura da ação penal, é hipótese de discricionariedade limitada, ou regrada, ou regulada, cabendo ao Ministério Público a atuação discricionária de fazer a proposta, nos casos em que a lei o permite, de exercitar o direito subjetivo de punir do Estado com aplicação de pena não privativa de liberdade nas infrações penais de menor potencial ofensivo sem denúncia e instauração de processo.”⁵⁴

Quanto ao dever/poder do Ministério Público para oferecimento da proposta, é claro o entendimento de que o promotor de justiça tem que oferecer a proposta de aplicação imediata de pena, tendo em vista os objetivos da lei dos juizados especiais, bem como a discricionariedade por parte do agente ministerial quebraria os princípios do devido processo legal e da economia processual. O representante do Ministério Público só poderá deixar de oferecer a proposta, quando não estiverem presentes os requisitos de cabimento da transação penal.

No caso de o Ministério Público, não realizar a proposta de transação, não pode o Juiz fazê-la, pois o art. 76, caput, da Lei 9.099/95 é muito claro, no que tange ao oferecimento do instituto. Sobre a hipótese acima vemos a posição de CEZAR ROBERTO BITENCOURT:

“... se os requisitos estiverem presentes, mas o Ministério Público, por qualquer razão, não os percebe, não os aceita ou os avalia mal, com o consideramos tratar-se de um direito público subjetivo do réu, só há uma saída honrosamente legal: hábeas corpus!”⁵⁵

Ainda, sobre a possibilidade de proposta de transação penal de ofício pelo Juiz, discorre JULIO FABBRINI MIRABETE:

⁵⁴ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 81.

⁵⁵ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de**

“A proposta de ofício pelo juiz com a conseqüente homologação em caso de aceitação equivaleria ao exercício da jurisdição sem ação. O Princípio da discricionariedade limitada, portanto, permite ao Ministério Público, e só a ele, optar pela apresentação de proposta ou oferecer a denúncia desde logo, segundo a conveniência e necessidade de repressão ao crime com maior ou menor intensidade, diante da política criminal que estabelecer.”⁵⁶

Sobre a hipótese de o representante do Ministério Público negar-se a oferecer a proposta de transação penal, já é dominante o posicionamento que, em fazendo analogia do art. 28 do Código de Processo Penal, é cabível ao juiz fazer remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça.⁵⁷

À respeito da proposta de transação ex officio, “a transação penal pressupõe consenso entre as partes, não podendo de forma alguma ser imposta a qualquer delas pelo órgão julgador.”⁵⁸

Ainda, diferentemente do posicionamento dominante descrito acima, JULIO FABBRINI MIRABETE entende que analogia não é aplicável, vez que não há lacuna na lei. Assim, o Ministério Público estaria exercendo regularmente a sua função de titular da ação penal, diferentemente dos casos tratados pelo art. 28 do Código de Processo Penal, onde visa-se evitar o arquivamento indevido dos inquéritos policiais.⁵⁹

Não é cabível o oferecimento de proposta de transação penal de ofício, tendo em vista que o Ministério Público é o titular da ação penal, sendo expresso o caput do art. 76 da lei 9.099/95, que é prerrogativa do Ministério público o oferecimento de

prisão. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, pág. 107.

⁵⁶ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 82.

⁵⁷ MIRABETE, op. cit., p. 83.

⁵⁸ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 86.

⁵⁹ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados Especiais Criminais.** 5º ed. São Paulo: Atlas,

transação, sendo que se houvesse possibilidade de proposta de ofício por parte do julgador, poderia gerar uma série de arbitrariedade uma vez que o não dá possibilidades e sim determina o que deve ser feito. O papel do Juiz perante a transação é a homologação da mesma.

3.3.1 ACEITAÇÃO/CONSENSO

Sobre o assunto temos a posição de DAMASIO E. DE JESUS:

“ A transação por meio da proposta do Ministério Público é bilateral, dependendo de aceitação do autor do fato e de seu defensor.”

“ Respeita-se a vontade do acusado, que não está obrigado a transigir. A aceitação da proposta encontra-se no campo da estratégia da defesa.”⁶⁰

Vejamos a idéia de ADA PELLEGINI GRINOVER, á respeito da aceitação da proposta:

“A manifestação de vontade do autor do fato é personalíssima, voluntária, absoluta, formal, vinculante e tecnicamente assistida.

“O atuado, seguro de sua inocência e devidamente orientado pela defesa técnica, poderá preferir responder ao processo para lograr absolvição. Ou poderá não concordar com os termos da proposta formulada e, considerando seus prós e contras, escolher a via jurisdicional. Nada se poderá fazer, sem o consenso do autor do fato.”⁶¹

A questão da vontade do agente é muito importante, uma vez que o instituto

2002, p. 136.

⁶⁰ JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 78.

⁶¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista

da transação tem a característica consensual, isto é, o agente aceitando a proposta do Ministério Público, está fazendo uma espécie de acordo com o mesmo, com o intuito de por fim ao processo, de maneira que não haja mais transtornos dentro da via judicial. Sendo o livre arbítrio do acusado, a causa principal de impossibilitar a transação ex officio, uma vez que trata-se de mecanismo consensual, como já fora dito acima, e não por determinação do juiz.

Outro assunto relevante, tratado pela doutrina, seria de que a proposta de transação deve ser aceita pelo acusado e por seu defensor, sendo assim, não sendo suficiente, a aceitação da proposta somente pelo indiciado. Na prática o que ocorre quanto a aceitação, não é necessário a aceitação por parte do defensor mas sim, a necessidade de o réu estar acompanhado de advogado a fim de esclarecimento quanto ao benefício.

GIANPAOLO POGGIO SMANIO, fala desta necessidade a seguir:

“A necessidade da dupla aceitação, autor do fato e defensor, ampara-se no princípio da ampla defesa, que inclui a defesa técnica, não nos parecendo possa a aceitação de qualquer dos dois prevalecer sobre a negativa do outro, mesmo que a aceitação seja do autor do fato, pois este pode não ter bem a noção das conseqüências jurídicas de seu ato, necessitando da orientação de seu defensor.”⁶²

Assim, podemos notar a importância da autonomia da vontade, dentro deste benefício, sem esta, o juiz não pode homologar a transação penal, podendo dessa forma gerar uma nulidade dentro do procedimento. A vontade não é importante somente neste benefício, como em qualquer área do direito, sendo garantia constitucional prevista no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

dos tribunais, 1997, p. 140.

⁶² SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

“II- Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”

Para BEATRIZ ABRAÃO DE OLIVEIRA:

“se o autor do fato aceita a proposta do Ministério Público, com a transação, pode ser aplicado de imediato pena restritiva de direitos ou multa, sendo especificadas na proposta. É vantajosa tal aceitação, pois a aplicação de tais penas não importa em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos e não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para tal fim, não tendo também efeitos civis”.⁶³

Sobre a aceitação, não há um entendimento majoritário dentro da doutrina ou jurisprudência, que diga ser mais benéfico ao acusado a aceitação da medida, existem autores que acreditam que a suspensão condicional do processo seria mais benéfica. Na minha opinião a aceitação da proposta de transação penal é melhor ao indiciado por infração de menor potencial ofensivo, vez que na transação ele fica cinco anos sem poder gozar do instituto em questão, mas o cometimento de outro crime pelo mesmo não revoga a medida. Já no caso da suspensão condicional do processo este não vinculado por tempo depois de cumprir o benefício legal, porém se, este vier a ser processado novamente durante a vigência do benefício, este será revogado, e o indiciado será julgado pelo delito a que estava sendo beneficiado. Sendo que em meu entendimento a transação de longe é mais benéfica ao infrator.

3.4 CAUSAS IMPEDITIVAS DE TRANSAÇÃO

Paulo: Atlas, 1997, p. 83.

⁶³ OLIVEIRA, Beatriz Abraão de. **Juizados especiais criminais: teoria e prática**. 1º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 24.

Nem todas pessoas que cometerem infração de menor potencial ofensivo, tem direito de gozar do instituto da transação, a lei dos juizados especiais em seu artigo 76, parágrafo 2º, incisos I, II e III, traz as causas impeditivas de transação:

- “I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva”;
- II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;
- III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção de medida.”

É de se esclarecer, que não é necessário à caracterização de todas as hipóteses descritas acima para o impedimento do benefício, sendo que apenas uma das hipóteses já é causa de impedimento da transação. “O Ministério Público só não estará autorizado a apresentar a proposta de transação quando houver prova do impedimento.”⁶⁴

É pacífico, no atual entendimento, que a única hipótese em que o Ministério Público não deve efetuar a proposta de transação penal, seria quando houvesse a caracterização de uma das causas impeditivas à aplicação da transação, as quais estão descritas no art. 76, § 2º e incisos da Lei 9.099/95.

Ainda, no que tange ao impedimento de se aplicar à transação penal, no que diz respeito às ações penais de iniciativa privada, de forma que não é cabível a

⁶⁴ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 86.

proposta de transação por parte do Ministério Público, vez que a atuação deste órgão nas ações penais em questão, é de fiscalizador da lei, sendo a vítima o sujeito ativo da ação. Assim, podemos concluir, que tendo em vista que o Ministério público não é o titular da ação penal, nos casos em que é necessário o protocolo de queixa-crime por parte do ofendido, este não pode realizar a proposta de transação penal.

Vários autores tratam do tema da inaplicabilidade da transação aos casos de ação penal privada, porém, o Juizado Especial Criminal de Curitiba, utiliza-se do instituto nos casos em questão. O Ministério público realiza a proposta de transação penal, porém, somente após o oferecimento de queixa-crime, é de se ressaltar, que é oferecido a proposta logo que interposta a peça inicial da ação penal em questão, e não no seu recebimento.

Vejamos o posicionamento de ADA PELLEGRINI GRINOVER, no que tange à aplicabilidade da transação na ação penal de iniciativa privada:

“A lei só cuida da proposta de aplicação de pena com relação à ação penal pública, condicionada ou não. Excluiu-se das primeiras linhas do art. 76 a previsão da transação penal proposta pelo titular da queixa-crime. E certamente, numa visão mais tradicional do papel da vítima no processo penal, poder-se-ia afirmar não ter ela interesse nas pena. De modo que, frustrada a tentativa de reparação dos danos, somente abre-lhes duas alternativas: apresentar queixa, para o exercício da ação penal, ou quedar-se inerte, não dando margem à

persecução penal.”⁶⁵

Em análise ao pensamento acima da autora, nota-se que esta não aceita a tese de aplicação do instituto da transação penal, nos crimes cujo processamento se dá mediante queixa, mostrando que a lei no que diz respeito ao instituto em questão, não expressou o cabimento da transação, vez ainda que a realização da transação penal nesses crimes, violaria o direito de ação da vítima.

Na mesma linha, JULIO FABBRINI MIRABETE dita que, “na ação penal de iniciativa prevalecem os princípios da oportunidade e disponibilidade e, no caso afeto aos juizados, a composição dos danos sofridos pela vítima, tornando desnecessária e desaconselhável a previsão de oferecimento de proposta para a transação”.⁶⁶

Para o autor acima mencionado, a transação não é eficaz, para atingir aos objetivos dos juizados especiais, no que diz respeito às ações de iniciativa privada, de forma que seria necessário a reparação dos danos sofridos pela vítima, visto ser esta a única prejudicada e titular da ação penal em questão.

Para GIANPAOLO POGGIO SMANIO, “a ação penal privada é discricionária do ofendido, podendo ocorrer a qualquer tempo o perdão do ofendido, a desistência da ação, o abandono, tornando perempta a ação. E, portanto, incompatível com o presente instituto.”⁶⁷

A lei 9.099/95 em nenhum momento especificou qualquer impedimento na aplicabilidade do instituto da transação penal, no que diz respeito às infrações

⁶⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 128.

⁶⁶ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 84.

⁶⁷ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

penais de menor potencial ofensivo que tem seu processamento mediante queixa, de modo que na dúvida o julgador deve fazer uma analogia em favor do réu de maneira que seja aplicado o instituto, para todas as infrações de competência do juizado especial criminal.

Passamos a análise das hipóteses legais em que há impedimento de aplicação da transação penal ao agente infrator.

3.4.1 PRIMEIRA HIPÓTESE – CONDENAÇÃO POR CRIME A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Não poderá haver proposta de transação penal, quando o agente já houver sido condenado pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença transitada em julgado. No processo comum criminal a reincidência, é causa de aumento de pena, no caso da aplicação de transação penal, a reincidência veda a aplicabilidade do instituto.

Para caracterizar a hipótese em questão, é de extrema necessidade, que a decisão seja definitiva, isto é, sem possibilidade de recursos, pois o contrário violaria o princípio constitucional da presunção de inocência.

Dispõe o art. 5º, LVII, da Constituição Federal:

“LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em

julgado da sentença penal condenatória;”

“Para erigir-se em causa impeditiva do benefício, a condenação deve ter ocorrido pela prática de crime (e não de contravenção) e a pena privativa de liberdade (e não a pena restritiva de direitos e/ou multa).”⁶⁸

Cumprе ressaltar, que só poderá ser caracterizada a hipótese impeditiva do instituto em questão, quando estiver provada nos autos a condição que levou ao afastamento de aplicação da medida penal.

Outra característica importante, que deve ser notada na questão, seria de que a pena fixada na condenação deve ser necessariamente privativa de liberdade, pois que a condenação à pena de multa ou restritiva de direitos não veda a aplicação da transação, o dispositivo legal em análise deve ser aplicado ao pé da letra, não sendo cabível interpretações de forma extensiva.

Deve ser explicado, no que tange à condenação, que mesmo que esta tenha transitado em julgado a mais de cinco anos, veda a aplicação da transação.

Sobre a reincidência dita GIANPAOLO POGGIO SMANIO:

“O reincidente não pode beneficiar-se da transação penal. Entretanto, a lei não exige a reincidência, nos termos dos arts. 63 e 64 do Código Penal, bastando apenas a condenação anterior, com sentença definitiva, qualquer que seja o lapso temporal, para impedimento da proposta de aplicação de pena por parte do Ministério Público.”⁶⁹

⁶⁸ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 138.

⁶⁹ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

A reincidência impossibilita a aplicação do instituto transação penal, posto que a lei expressamente impõe a o impedimento da medida na ocorrência da mesma. Diferentemente do procedimento comum, onde após cinco anos da extinção da pena, cessam-se os efeitos da reincidência, qualquer que seja a condenação à pena privativa de liberdade, independentemente do lapso de tempo transcorrido, a transação não pode ser proposta.

3.4.2 SEGUNDA HIPÓTESE – TRANSAÇÃO ANTERIOR

A segunda hipótese impeditiva à aplicação da transação penal, seria o caso de o agente já haver sido beneficiado pelo instituto da transação, nos últimos cinco anos, sendo este um dos requisitos essenciais para o cabimento do novo modelo de justiça. Isto é, no caso de o agente já ter sido beneficiado pela transação a mais de cinco anos, não há problemas quanto à aplicação do benefício. Cumpre informar ainda, que os cinco anos serão contados a partir do trânsito em julgado da sentença homologatória de transação, até a data da audiência preliminar.

Segundo JULIO FABBRINI MIRABETE, “evita-se que a mesma pessoa seja beneficiada duas vezes nesse lapso temporal para não incentivar essa sensação de impunidade”.⁷⁰

Que o autor acima citado, acredita que o lapso temporal de cinco anos, não deixaria uma impressão de impunidade e banalização da justiça penal, já que o benefício fica vedado por cinco anos.

De acordo com ADA PELLEGRINI GRINOVER, “a estipulação do referido

Paulo: Atlas, 1997, p. 81.

⁷⁰ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 87.

prazo encontra paralelo na prescrição da reincidência previsto no inc. I do art. 64, CP”.⁷¹

Dessa maneira fica claro que o legislador baseou-se na regra do Código Penal, para a estipulação do prazo para realização de novo benefício penal perante os juizados especiais criminais.

Ainda sobre o tema, CEZAR ROBERTO BITTENCOURT acredita que esse impedimento “é uma espécie de tempo depurador, esperando-se do autor do fato que, pelo menos por cinco anos, não volte a envolver-se com infrações penais, justificando a benevolente “compreensão estatal” pela prática de delitos pequenos, quando não repetidos.”⁷²

3.4.3 TERCEIRA HIPÓTESE – CIRCUNSTÂNCIAS SUBJETIVAS

A lei, na hipótese em questão, traz uma causa impeditiva de caráter subjetivo, dando, de certa forma, margem para discricionariedade ao aplicador da norma, para que este se negue à aplicação da transação penal.⁷³

Explica GIANPAOLO POGGIO SMANIO:

“Circunstâncias da infração praticada (inciso. III): circunstâncias são elementos acidentais da infração penal, que não integram a estrutura do tipo, mas influem na avaliação do fato praticado, Por exemplo, a forma como foi praticada uma infração de menor potencial ofensivo poderá indicar não ser suficiente e necessária a transação penal”.⁷⁴

⁷¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2ºed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 139.

⁷² BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 106.

⁷³ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 139.

⁷⁴ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

Ainda sobre o assunto, dispõe ADA PELLEGRINI GRINOVER:

“No dispositivo ora em exame, a lei toma como modelo o art. 77, II, CP, atinente aos requisitos para a concessão da suspensão condicional da pena, exceção feita à menção à “culpabilidade” que não pode, evidentemente, ser considerada com relação ao autuado, que ainda foi sequer denunciado”.⁷⁵

Concordo com o posicionamento acima transcrito, vez que não há análise do mérito quando da aplicação da transação penal, por mais que alguns doutrinadores digam que a aceitação do instituto seria a também a aceitação da culpa referente ao delito em questão, deve-se entender que se tratam de situações diferentes, pois que a aceitação da transação, não trata-se de análise do mérito do processo, e sim benefício da lei com o intuito de por fim ao processo de forma mais célere, e ainda tendo em vista que a transação penal não gera reincidência ou prejudica, eventual outro delito ou processo envolvido o agente, em meio ao Juízo comum.

Na hipótese em análise há um problema, vez que todas as causas impeditivas devem ser devidamente comprovadas nos autos, de forma que esta análise subjetiva da conduta do autor não é cabível, pois que isto violaria o princípio da presunção de inocência, podendo gerar uma série de arbitrariedades, tornando fácil desclassificar a aplicação da transação.

Com o intuito de tornar claro, deve ser ressaltado que, a hipótese em questão trata das condições e maneiras de como se deram as infrações as quais estariam sendo julgadas de forma a analisar se a transação penal é um meio de causar ao agente infrator, a sensação de punibilidade, ou ainda a satisfação à sociedade de

Paulo: Atlas, 1997, p. 80.

⁷⁵ GRINOVER, op. cit., p. 139.

que não estará impune àquele que infringir a lei. Ainda é de se entender, que não há julgamento antecipado do feito, e sim análise das circunstâncias do crime.

3.4.4 IMPEDIMENTOS SUBJETIVOS

Sobre os impedimentos subjetivos, trata GIANPAOLO POGGIO SMANIO:

“São impedimentos subjetivos:

a) antecedentes (inciso III): constituem o comportamento anterior do autor do fato seus precedentes judiciais, como por exemplo, os processos anteriores, os processos em andamento etc.

b) conduta social (inciso III): é o comportamento social do agente, sua inclinação ao trabalho, relacionamento familiar etc.

c) personalidade (inciso III): na definição de Aníbal Bruno, “é todo complexo, porção herdada e porção adquirida, com o jogo de todas as forças que determinam ou influenciam o comportamento humano” (Direito penal, v. 1, p. 154) ;

d) motivos (inciso III): constituem o caráter psicológico da ação o móvel que impulsiona o autor da conduta e a razão do fato praticado.”⁷⁶

Assim, podemos observar que a lei 9.099/95, traz alguns impedimentos de ordem subjetiva para aplicação da transação, sendo que de acordo com o pensamento de GIANPAOLO POGGIO SMANIO, acima descrito, esses impedimentos estariam implícitos no inciso III, do parágrafo 2º do art. 76, da lei dos juizados especiais, sendo quatro circunstâncias analisadas: os antecedentes, conduta social, personalidade e motivos.

⁷⁶ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

Os antecedentes, seriam a análise do histórico criminológico do agente infrator, a fim de analisar eventuais cometimentos de crime, anteriores à infração em análise, a qual em tese, caberia a transação. Em que pese à conduta social do indivíduo, seria a relação do mesmo com sua família, seu modo de vida, e seu posicionamento perante a sociedade. A personalidade, é o modo de agir do sujeito, sua forma subjetiva, seu caráter. E os motivos, são a provável justificativa, ou algo que levou o agente ao cometimento da infração penal.

“A análise da *necessidade e suficiência* da transação deve ser realizada através da avaliação dos antecedentes, conduta social, personalidade do agente, bem como dos motivos e circunstâncias do crime. Cautelosamente, excluiu-

se a *culpabilidade* como elemento aferidor da necessidade e suficiência da transação penal.”⁷⁷

Primeiramente, como comprovar as circunstâncias de cunho subjetivo, vez que na maioria dos casos é necessário prova testemunhal, e a oitiva de eventual testemunhas no processo, seria após o oferecimento da proposta de transação penal, pois que o instituto é colocado em prática anterior à instrução e julgamento dos fatos, sendo que dessa forma essas circunstâncias, dificilmente poderão ser usadas em desfavor do agente, pois que violaria o princípio da presunção de inocência e conseqüentemente seria aplicado o princípio do *“in dubio pro reu”*.

Outra doutrinadora que fala desses aspectos subjetivos, é ADA PELLEGRINI GRINOVER, falando que o dispositivo legal em questão, abriria margem à discricionariedade para julgador e o acusador, de forma a facilmente impedirem o

Paulo: Atlas, 1997, p. 81.

⁷⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 106.

oferecimento da proposta de transação.⁷⁸

É de extrema necessidade a comprovação das causas impeditivas apontadas no processo, sendo assim, esta certa discricionariedade não é algo que possa influenciar na aplicação da medida penal, vez que não depende apenas do agente público a vedação do instituto.

3.5 NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA

Aceita a proposta de transação pelo autor do fato, o Juiz poderá homologá-la por sentença, havendo acolhimento da proposta, o julgador determinará o cumprimento do acordado, não gerando antecedentes, bem como reincidência, não tendo efeitos civis, ficando o transacionado impedido de ser beneficiado por nova transação pelos próximos cinco anos.⁷⁹

Na prática dos juizados especiais criminais de Curitiba, quando aceita a proposta de transação por parte do acusado, o Juiz faz apenas o deferimento da medida, aguardando seu eventual cumprimento. Cumprida a medida o Juiz homologará por sentença a transação, pondo fim ao processo.

Sobre a sentença de transação assim entende JULIO FABBRINI MIRABETE:

“A sentença homologatória de transação tem caráter condenatório e não é simplesmente homologatória, como muitas vezes se tem afirmado. Declara a situação do autor do fato, tornando certo o que era incerto, mas cria uma situação jurídica ainda não existente e impõe uma sanção penal ao autor do fato. Essa imposição, que faz a diferença entre a sentença constitutiva e a condenatória, que se basta a si

⁷⁸ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 139.

⁷⁹ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 86.

mesma, na medida em que transforma uma situação jurídica, ensejará um processo autônomo de execução, quer pelo juiz, quer pelo juiz da execução, na hipótese de pena restritiva de direitos.”⁸⁰

Vejamos o entendimento de GIANPAOLO POGGIO SMANIO:

“... a natureza jurídica da sentença homologatória de transação penal é condenatória. Primeiramente, declara a situação do autor do fato, torna certo o que era incerto. Mas além de declarar, cria uma situação nova para as partes envolvidas, ou seja, cria uma situação jurídica que até então não existia. E ainda impõe uma sanção penal ao autor do fato, que deve ser executada”.

A sentença homologatória tem efeitos dentro e fora do procedimento, isto é, tem efeitos processuais e materiais, produz efeitos ex nunc, para o futuro. Encerra o procedimento e faz coisa julgada formal e material, impedindo novo questionamento sobre os mesmos fatos.”⁸¹

Dessa forma, nota-se que os posicionamentos de GIANPAOLO POGGIO SMANIO e JULIO FABBRINI MIRABETE, no que tange à natureza jurídica da decisão de transação, é clara dizendo que a sentença tem caráter condenatório, sendo suas posições apoiadas principalmente na imposição de sanção penal no instituto, acreditando que esta sentença estaria reconhecendo a culpabilidade do autor em relação ao fato ocorrido. Ainda fala-se sobre a existência de um juízo de execução de forma que a razão da existência deste, só da maior ênfase a natureza de condenação à sentença.

Em contrapartida ao pensamento acima descrito, trata CEZAR ROBERTO BITENCOURT:

⁸⁰ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 90.

⁸¹ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º Ed. São

“A essência do ato em que o Ministério Público propõe a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, quando é aceita pelo autor e seu defensor, caracteriza uma conciliação, um acordo, uma “transação penal”, como o próprio texto constitucional (art. 980 sugere. E na tradição do direito brasileiro, sempre que as partes transigem pondo fim à relação processual, a decisão judicial que legitima jurisdicionalmente essa convergência das vontades, tem caráter homologatório, jamais condenatório.

Por isso, a nosso juízo, essa decisão é uma sentença declaratória constitutiva. Aliás, o próprio texto legal encarrega-se de excluir qualquer caráter condenatório, afastando a reincidência, a constituição de título executivo civil, de antecedentes criminais, etc.”⁸²

Diferentemente do exposto por GIANPAOLO POGGIO SMANIO, CEZAR ROBERTO BITENCOURT nos mostra que os efeitos da sentença de transação nunca tem caráter condenatório, uma vez que o texto da lei dos juizados especiais, exclui da transação o caráter condenatório, quando esta afasta principalmente a reincidência. Por ocasião da sentença ter origem de um acordo advindo da vontade das partes, a decisão jamais terá caráter condenatório e sim declaratório e constitutivo.

Ainda, diferentemente das posições acima mostradas ADA PELLEGRINI GRINOVER dispõe:

“... a sentença que aplica a pena, em face do consenso dos interessados, não é absolutória nem condenatória. Trata-se simplesmente de sentença homologatória de transação, que não indica acolhimento nem desacolhimento do pedido do autor (que sequer foi formulado), mas que compõe a controvérsia de acordo com a vontade dos partícipes, constituindo título executivo judicial. São os próprios envolvidos no conflito a ditar a solução para sua pendência, observados os parâmetros da lei.”⁸³

Paulo: Atlas, 1997, p. 88.

⁸² BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais e alternativas à pena de prisão**. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 103.

⁸³ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista

De acordo com o pensamento da autora acima descrito, a sentença de transação teria natureza pura e simplesmente de sentença homologatória de transação, vez que é solucionado o litígio com base no acordo entre as partes, sendo esta a razão de não haver cunho condenatória nem tampouco absolutória, posto que há aplicação de uma sanção penal.

É de se ressaltar, que a sentença de transação não gera efeitos civis, reincidência, bem como não constará em antecedentes criminais ao autor do fato. A única coisa cadastrada, é que o infrator foi beneficiado pelo instituto da transação apenas para fins judiciais a fim de assegurar de que ao mesmo não seja aplicada a medida transacional nos próximos cinco anos. Quanto aos efeitos da sentença homologatória de transação, estão previstos no art. 76, § 4º da lei 9.099/95.

O parágrafo 5º do art. 76, dispõe que da sentença de transação caberá recurso de apelação, acreditando ADA PELLEGRINI GRINOVER, que “o legislador foi prudente, pois é possível que a transação penal tenha sido inquinada por vícios de vontade, ou que não tenham sido observados os requisitos legais, de modo que a correção poderá vir por força de apelação.”⁸⁴

Cumprido ressaltar, que só será cabível o recurso de apelação nos casos em que houver algum tipo de nulidade insanável, como ilegitimidade de uma das partes, incompetência do juízo em relação à matéria, ou ainda o conhecimento de alguma causa impeditiva da transação penal posterior à aplicação do instituto. Não caberá recurso pedindo simples revogação do benefício, bem como não haverá revisão da

dos tribunais, 1997, p. 145.

⁸⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Juizados especiais criminais**. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997, p. 148.

sentença.⁸⁵

3.6 EXTINÇÃO DO PROCESSO

Quando há a aceitação da proposta de transação, bem como a homologação da mesma pelo Juiz, em seguida é aplicada a pena acordada entre o Ministério Público e o autor do fato e seu defensor. A pena como já foi dito anteriormente, pode ser de multa ou restritiva de direitos. Na prática esta medida nada mais é do que a doação de cestas básicas, cobertores, remédios, produtos aos quais as entidades conveniadas ao juizado especial criminal estão necessitando, ou ainda na prestação de serviços à comunidade, sendo estes serviços junto às organizações com convênio junto ao juizado.

Então, sendo homologada a sentença de transação, e aplicada a pena advinda do consenso entre as partes, é aguardado o prazo estipulado no acordo, para cumprimento da medida acordada. Cumprida a medida no prazo estabelecido, os autos serão remetidos aos cuidados do juiz, o qual vai declarar extinta a punibilidade do autor do fato, pelo cumprimento da transação, bem como determinará a extinção do processo.

Na prática dos juzizados especiais criminais de Curitiba, quando é aceita a proposta de transação pelo agente infrator, o Juiz analisa a proposta e havendo conformidade com o acordado entre o ministério público e o indiciado, o julgador faz o deferimento da transação penal em questão, bem como impõe a pena que foi estipulada. Se houver o cumprimento do acordado o juiz nesse momento, homologa por sentença a transação, extinguindo a punibilidade do transacionado, pondo fim ao

⁸⁵ SMANIO, Gianpaolo Smanio. **Criminologia e juizado especial criminal**. 1º ed. São

procedimento.

Sabe-se que a transação é um dos novos mecanismos aplicados nos juizados especiais criminais, que de forma mais rápida e de acordo com o consenso das partes, é colocado um fim no processo de maneira mais rápida, atingindo os objetivos da lei 9.099/95, aplicando ao autor do fato uma pena imediata, a qual não deve ser privativa de liberdade, com base nos critérios orientadores dos juizados especiais.

Porém, nem sempre o individuo cumpre com o acordo realizado com o Ministério Público. Nesse caso, com o não cumprimento da medida é dado prosseguimento ao processo, de forma que pelo Ministério público será oferecida denúncia, em desfavor do transacionado que não cumpriu a transação, sendo que esta peça acusatória deverá conter os requisitos previstos no art. 44 do código de Processo Penal.

Oferecida a denúncia pelo representante do Ministério Público, o Juiz determinará a designação de data para a realização de audiência de instrução e julgamento. Cabe informar, que diferentemente do procedimento da justiça tradicional criminal, a denúncia só será recebida ou rejeitada nos juizados especiais criminais, na audiência de instrução e julgamento.

Aberta a audiência será ouvido o defensor do acusado, o qual se manifestará sobre a peça acusatória, sendo que após, o Juiz receberá ou rejeitará a denúncia. Sendo recebida a denúncia, serão ouvidas as testemunhas arroladas pela defesa e pela acusação. Passada esta fase é dado início aos debates até a prolação da sentença.

Na prática dos juizados especiais criminais de Curitiba, quando o agente

beneficiado pelo instituto da transação penal não cumpre a pena ou medida imposta, não é dado prosseguimento ao processo logo de plano. Primeiramente, é enviada intimação via correio para o transacionado para que o mesmo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, compareça ao juizado a fim de justificar o não cumprimento da medida, ou cumpra integralmente o determinado.

Agora, podemos observar o motivo de o juiz que atua nos juzizados especiais de Curitiba, não homologar por sentença logo que há a aceitação da proposta de pena imediata. Havendo a homologação logo de plano e registrada a mesma, bem como transitada em julgado, em ocorrendo o descumprimento do acordo, torna difícil a imposição de que o transacionado de integral cumprimento à pena, vez que a sentença já transitou em julgado, bem como já foi extinta a punibilidade do mesmo. Por isso, com aceitação da proposta o Juiz defere o acordo, havendo o cumprimento, haverá então a homologação da sentença bem como a extinção da punibilidade do transacionado, pondo fim ao processo. Em não havendo o cumprimento, é dado prosseguimento normalmente ao processo, com o oferecimento da denúncia, designação de audiência de instrução e julgamento até que seja prolatada a decisão final.

Ocorre que, nem sempre é possível a aplicação da transação, pois como já foi visto, há circunstâncias em que não deve ser aplicado o instituto, que é o caso das causas impeditivas de caráter subjetivo, existem os impedimentos legais, no qual não pode ser aplicada a transação e ainda, há casos em que a proposta não é aceita, isto é, Ministério Público e autor do fato não chegaram a um consenso, sendo por motivos nem sempre claros, o agente não aceita o acordo judicial.

Nessas hipóteses, em que não é possível a extinção do processo através da transação, segue-se o rito sumárrissimo de acordo dispõe o art. 77 da lei 9.099/95,

sendo oferecida a denúncia pelo Ministério Público, designando-se audiência de instrução e julgamento até a decisão do juiz.

Cabe justificar que a utilização do procedimento sumaríssimo no julgamento dos processos de competência dos juizados especiais criminais é determinação da Constituição Federal de 1988, em seu art. 98, inciso I, dispondo que, as infrações penais de menor potencial ofensivo, atenderão o procedimento oral e sumaríssimo.

Durante todo o trabalho foi ressaltado a importância e os motivos de se aplicar o procedimento oral, nos juizados especiais, atendendo aos critérios orientadores da Lei 9.099/95. Com certeza a transação penal é o instituto que melhor sintetiza e põe em prática os critérios da lei, bem como, atinge os objetivos dos juizados especiais, isto é, a não aplicação de pena privativa de liberdade, podendo de acordo com os entendimentos ser consensual ou uma espécie de pena, mas de qualquer maneira beneficiando o réu, de um processo demorado perante a justiça tradicional, bem como atendendo a função ressocializadora do sistema pátrio.

CONCLUSÃO

Primeiramente, os operadores do direito e os agentes da justiça, em hipótese alguma devem se deixar influenciar pela opinião pública, tendo em vista que o direito sempre visa a justiça, e aqueles que não tem o conhecimento jurídico adequado, não podem vislumbrar de uma opinião jurídica, pois desconhecem o

sistema penal.

A intenção do legislador em criar os Juizados Especiais Criminais, foi tornar a justiça criminal mais célere, sem que haja aplicação de penas privativas de liberdade, através de mecanismos novos como a transação penal, e a conciliação, baseados nos critérios orientadores previstos na Lei 9.099/95.

O Juizado Especial Criminal é competente para o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, sendo somente nesses crimes possível a aplicação da transação penal, desde que não caracterizada nenhuma causa impeditiva do instituto.

A transação é uma medida de caráter penal, sendo que seu oferecimento é de prerrogativa do Ministério Público, nos termos da Lei 9.099/95, sendo oferecido o benefício anteriormente ao oferecimento de denúncia, não tendo efeitos civis, não gerando reincidência tampouco antecedentes criminais.

Há muita divergência no que tange à transação, alguns autores a entendem como medida despenalizante, outros a vêem como pena. A questão da natureza jurídica desta medida penal, também é muito debatida na doutrina, sendo que a parte da doutrina que prega a transação sem caráter punitivo, acredita que na aceitação do benefício o autor do fato não assume a culpa do delito, enquanto a outra parte diverge, dizendo ser o instituto uma espécie de pena, onde o agente assume a culpa do delito.

Atendendo aos requisitos, o Ministério Público realizará a proposta de transação ao autor do fato, que querendo aceitará ou não. Caso ocorra aceitação, sendo cumprida integralmente a proposta aceita, o juiz homologará a transação julgando extinta a punibilidade do autor, em decorrência do cumprimento do benefício.

Não aceitando a proposta, o processo seguirá seu trâmite normal, na forma do art. 77 e seguintes da Lei 9.099/95, com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e realização de audiência de instrução e julgamento até a sentença.

Diante de tudo o que foi exposto, não se tem dúvidas que a transação é uma benefício legal ao autor do fato, vez que com a realização do instituto, o réu não será reincidente em razão da transação, não gera efeitos civis, bem como não constará que o réu em si respondeu ação penal, pela infração acolhida pelos Juizados Especiais Criminais.

Durante todo o trabalho foi ressaltado a importância e os motivos de se aplicar o procedimento oral, nos juizados especiais, atendendo aos critérios orientadores da Lei 9.099/95. Com certeza a transação penal é o instituto que melhor sintetiza e põe em prática os critérios da lei, bem como, atinge os objetivos dos juizados especiais, isto é, a não aplicação de pena privativa de liberdade, podendo de acordo com os entendimentos ser consensual ou uma espécie de pena, mas de qualquer maneira beneficiando o réu, de um processo demorado perante a justiça comum, bem como atendendo a função ressocializadora do sistema penal pátrio.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal. Juizados Especiais: A nova mediação para processual. 1º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BARROS, Ennio Bastos de. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 1º ed.. São Paulo: Jurídica brasileira, 1996.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Juizados Especiais Criminais e Alternativas à Pena de Prisão. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997.

_____. Manual de Direito Penal. 4º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL. Lei n. 9.099/95, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 27 de setembro de 1995.

BRASIL. Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Diário Oficial, Brasília, 13 de julho de 2001.

BRASIL. Lei n. 11.313, de 28 de junho de 2006. altera os artigos 60 e 61 da Lei n. 9.099 de 26 de setembro de 1995, e o artigo 2º da Lei n. 10.259 de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da justiça estadual e das justiça federal. Diário Oficial, Brasília, 29 de junho de 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal: parte geral. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 2º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Juizados Especiais Criminais. 2º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997.

JESUS, Damásio E. De. Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Anotada. 1º ed. São Paulo, 1995.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Juizados Especiais Criminais. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Juizados Especiais Criminais. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Beatriz Abraão de. Juizados Especiais Criminais: Teoria e Prática. 1º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

SMANIO, Gianpaolo Smanio. Criminologia e Juizado Especial Criminal. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos do Direito Penal. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

TOURINHO NETO, Julio da Costa. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 1º ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002.